

Apresentação – Dossiê: UEMG 35 anos: desafios e possibilidades

Organizador:

Tiago Aparecido da SILVA¹

A Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) completa 35 anos em 2024. Nesta efeméride, a *Revista Histórias Públicas* traz a lume o presente dossiê com o intuito de fomentar o debate sobre a instituição. Fundada em 1989 com as missões de contribuir para a modernização de setores estratégicos da economia mineira e de ampliar o acesso à educação superior à população do Estado, desde então a UEMG conheceu uma trajetória ambígua. Do ponto de vista quantitativo, é inegável que seu crescimento atendeu, ao menos parcialmente, ao objetivo democratizante para o qual foi criada. A UEMG conta hoje com cerca de 21 mil alunos, 1700 docentes e 600 técnicos administrativos em 180 cursos de graduação e pós-graduação, abrangendo uma ampla diversidade de áreas do conhecimento. São 22 unidades ramificadas por quase todas as regiões de Minas Gerais, o que faz dela a universidade pública com a maior cobertura geográfica do Estado.

Entretanto, no plano qualitativo, a UEMG convive com uma série de problemas que acarretam graves prejuízos à sua comunidade acadêmica. A expansão acelerada da

¹Professor de História da Universidade do Estado de Minas Gerais. Doutor em História pela Universidade de Campinas (Unicamp). Mestre e licenciado em História pela Universidade Federal de São João del-Rey. UEMG. Divinópolis. MG. Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3814133592039908>. E-mail: tiago.silva@uemg.br

estadual mineira nas últimas décadas não foi acompanhada de investimentos proporcionais em infraestrutura e recursos humanos, o que dificulta a oferta de ensino e extensão de qualidade e o desenvolvimento de pesquisas científicas de ponta. Assumindo uma postura crítica em relação à situação experimentada pela instituição, os artigos reunidos neste dossiê discutem alguns aspectos de sua trajetória de três décadas e meia. Eles buscam, ao mesmo tempo, evidenciar os desafios e as possibilidades de uma instituição que necessita repensar seus rumos, de modo que seu futuro se apresente como esperança, não como ameaça.

Em *O sindicalismo em educação em Minas Gerais: uma história social, da educação básica ao ensino superior mineiro*, Cassio Hideo Diniz Hiro inicia com um balanço da história recente do movimento sindical no Brasil, à luz das transformações em nível nacional e internacional que impuseram crescentes dificuldades à luta da classe trabalhadora nos últimos cinquenta anos. Em seguida, destaca a trajetória do associativismo docente no país, com ênfase nas experiências dos professores da educação básica de Minas Gerais. O autor evidencia um percurso que vai de um sindicalismo tímido a um sindicalismo mais combativo, em ascensão a partir do final da década de 1970. Mais adiante, o artigo aborda o sindicalismo no âmbito da educação superior do Estado, ressaltando a Associação dos Docentes da UEMG (ADUEMG). Hiro identifica os inúmeros desafios enfrentados na construção da entidade, os quais têm sido pouco a pouco superados graças à mobilização da categoria e às lutas recentes encampadas pelos trabalhadores organizados em torno da ADUEMG. Por fim, após listar os graves problemas que aprofundam a precarização das condições laborais e estudantis na UEMG, o autor conclui o artigo com um chamado à ação, asseverando que “a luta coletiva é o único caminho para as transformações necessárias”.

Abordando tema correlato, em *A greve de docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais de 2024: uma análise sobre as lutas no campo acadêmico e suas relações com o campo político*, Adelino Francklin discute o movimento paredista ocorrido na UEMG em meados de 2024. Orientado pelas contribuições teóricas de Pierre Bourdieu, o autor problematiza o saldo da greve para os docentes da estadual mineira, considerando as reivindicações da categoria e as conquistas alcançadas. O estudo aborda a precarização do trabalho docente em universidades públicas estaduais,

destacando os desafios enfrentados na construção da ADUEMG e as estratégias de mobilização. São analisadas a precariedades das condições de trabalho, a intensa competição por vagas e a complexa relação entre os campos acadêmico e político. O artigo explora as estratégias de negociação e as implicações das ações do Estado no contexto da greve, culminando na análise das perdas e ganhos para os professores.

Por sua vez, no artigo intitulado *Economia do conhecimento e dependência geopolítica: desafios para as universidades públicas no Terceiro Mundo*, André Luan Nunes Macedo discute as universidades públicas do Terceiro Mundo no contexto da economia do conhecimento. Na esteira de Darcy Ribeiro e de Mangabeira Unger, o autor explora as dinâmicas de subordinação geopolítica que influenciam o papel das instituições de educação superior na produção do saber. Frisando um dos principais dilemas enfrentados por elas, caracterizado pela contradição entre a modernização reflexa e a busca por autonomia científica, Macedo propõe uma reflexão sobre estratégias possíveis para desenvolver um modelo soberano de universidade, consonante com as especificidades e necessidades locais. Nesse sentido, o trabalho em questão oferece importantes subsídios para refletirmos sobre a posição periférica da UEMG no cenário acadêmico atual e as oportunidades que se abrem para ela em meio a chamada economia do conhecimento.

Fechando o dossiê, em *Desventuras da autonomia universitária: uma breve reflexão sobre a Universidade do Estado de Minas Gerais*, Tiago Aparecido da Silva tematiza a autonomia universitária no Brasil, com foco no caso da UEMG. O autor argumenta que, tirante raríssimas exceções, as instituições públicas de educação superior do país experimentam uma condição heterônoma, resultando em graves limitações que inviabilizam as missões precípua da universidade, que são o avanço da ciência, a inovação tecnológica, a criação de cultura, a difusão do conhecimento e o encaminhamento de soluções para problemas da realidade social. O trabalho é um convite para repensarmos os rumos da UEMG, sobretudo no que se refere às ingerências de natureza política e financeira que destoam da vontade coletiva de sua comunidade acadêmica, à qual deveria caber o protagonismo para decidir os caminhos da instituição.

Desejamos uma ótima leitura!